

Plataformização da educação superior: privatização, padronização e alienação nos processos de ensino

*Platformization of higher education:
privatization, standardization, and alienation in teaching processes*

*Plataformización de la educación superior:
privatización, estandarización y alienación en los procesos de enseñanza*

Braian Veloso¹
Universidade Federal de Lavras

Claudinei Zagui Pareschi²
Universidade Federal de São Carlos

Gustavo Maurício³
Universidade Federal de São Carlos

Achilles Alves de Oliveira⁴
Universidade Estadual do Tocantins

Resumo: A contemporaneidade é marcada, sobretudo, pela expansão e desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Muito mais do que meras ferramentas à disposição do agir humano, os recursos tecnológicos mais recentes, enquanto verdadeiras instituições sociais, ressignificam práticas, saberes e relações diversas. Na educação, as TDIC trazem uma série de implicações, dentre as quais cabe citar o uso de plataformas que passam a mediar o processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, o objetivo deste artigo é discutir a plataformização da educação superior, problematizando os processos de privatização, padronização e alienação do ensino. Trata-se de um ensaio teórico que, por isso mesmo, possui abordagem qualitativa. Baseando-se em diferentes autores da área da educação e/ou tecnologias, concluímos que as plataformas apresentam dualidades diversas, criando possibilidades ao passo que engendram desafios e problemas. Nesse cenário, é fundamental defender uma reapropriação, por parte dos docentes, do protagonismo em face das plataformas e do que, nestas páginas, chamamos de plataformização.

Palavras-chave: Plataformização; Educação Superior; Tecnologias Digitais.

¹ Doutor em Educação (UFSCar) e Doutor em Sociologia (UFSCar). Docente na Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais (MG), Brasil. E-mail: braian.veloso@ufla.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2537302046587655>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9459-5740>.

² Doutorando em Educação (UFSCar) e Mestre em Educação (UNIMEP). Limeira, São Paulo (SP), Brasil. E-mail: claudineizagui@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2613006827700163>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1402-0059>.

³ Doutorando em Educação (UFSCar) e Mestre em Educação (UFSCar). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos (SP), Brasil. E-mail: gcmauricio@ufscar.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1121415260674004>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7757-0672>.

⁴ Doutorando em Educação (UnB) e Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias UEG. Docente na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Palmas, Tocantins (TO), Brasil. E-mail: achilles.ao@unitins.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2166879227141655>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7478-0810>.

Abstract: Contemporaneity is marked, above all, by the expansion and development of Digital Information and Communication Technologies (DICT). Far beyond mere tools at the disposal of human action, the most recent technological resources—understood as true social institutions—redefine practices, knowledge, and various relationships. In education, DICT bring a range of implications, among which we highlight the use of platforms that begin to mediate the teaching-learning process. In this context, the objective of this article is to discuss the platformization of higher education, problematizing the processes of privatization, standardization, and alienation of teaching. This is a theoretical essay, and therefore adopts a qualitative approach. Drawing on different authors in the fields of education and/or technology, we conclude that platforms present various dualities, creating opportunities while also generating challenges and problems. In this scenario, it is essential to advocate for a reappropriation by teachers of their protagonism in the face of platforms and what, in these pages, we call platformization.

Keywords: Platformization; Higher Education; Digital Technologies.

Resumen: La contemporaneidad está marcada, sobre todo, por la expansión y el desarrollo de las Tecnologías Digitales de la Información y la Comunicación (TDIC). Mucho más que simples herramientas al servicio de la acción humana, los recursos tecnológicos más recientes, en tanto verdaderas instituciones sociales, resignifican prácticas, saberes y diversas relaciones. En el ámbito educativo, las TDIC traen consigo una serie de implicaciones, entre las cuales se destaca el uso de plataformas que pasan a mediar el proceso de enseñanza-aprendizaje. En este contexto, el objetivo de este artículo es discutir la plataformización de la educación superior, problematizando los procesos de privatización, estandarización y alienación de la enseñanza. Se trata de un ensayo teórico que, por lo tanto, adopta un enfoque cualitativo. Basándose en distintos autores del campo de la educación y/o de la tecnología, concluimos que las plataformas presentan diversas dualidades, generando posibilidades al mismo tiempo que producen desafíos y problemáticas. En este escenario, es fundamental defender una reapropiación, por parte del profesorado, del protagonismo frente a las plataformas y a lo que, en estas páginas, denominamos plataformización.

Palabras clave: Plataformización; Educación Superior; Tecnologías Digitales.

Recebido em: 06 agosto de 2025

Aceito em: 30 de outubro de 2025

Introdução

A contemporaneidade é marcada pelo uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que permeiam as mais distintas atividades do cotidiano. Desde tarefas simples até as mais complexas se apresentam, cada vez mais, mediadas e/ou influenciadas por recursos tecnológicos diversos. Amiúde, deparamo-nos com realidades plataformizadas, isto é, envolvidas por dispositivos e *softwares* que, para além de tão somente intermediar as relações e transações, mediam-nas, no sentido que Latour (2012) imprime à palavra. Modificam, pois, as configurações das redes de sujeitos e tecnologias, moldando o próprio trabalho docente.

Na educação, as TDIC trazem implicações variadas. A própria noção de saber é ressignificada, na medida em que um ideal de conhecimento totalizável cede ao caráter

claudicante, expansivo e flexível da sociedade em rede (Castells, 1999) ou do ciberespaço (Lévy, 1999). Modos outros de produção e construção das inteligências se engendram, ao passo que intrincados modelos de formação complexificam a educação formal. É bem verdade que muitas possibilidades eclodem no bojo do que podemos chamar de cultura digital. Porém, há que se considerar os desafios, bem como os efeitos deletérios do uso acrítico das TDIC.

As relações sociais mediadas, quer dizer, plataformizadas, também passam a influir nos processos educacionais no contexto das mudanças que impingem novos formatos e perspectivas. Em cada vez mais redes educacionais, escolas e universidades, observa-se o uso de recursos tecnológicos que se estabelecem como elo entre o ensino, propriamente dito, e a aprendizagem. Ao descortinar essa relação de mediação que as TDIC promovem, identifica-se intenções escusas. Dados ultraindividualizados são coletados e produzem relatórios específicos, tanto para controle e fiscalização do trabalho docente como para mapeamento e manipulação das atividades educacionais. Tem-se, nessa senda, um processo dialético, que iremos tratar, neste artigo, como dialética da individuação.

O objetivo geral deste texto, portanto, é discutir a plataformização especificamente da educação superior, problematizando os processos de privatização, padronização e alienação do ensino. Para tanto, lançamos mão de uma revisão narrativa de literatura (Cervo; Bervian; Silva, 2007; Flick, 2009) com vistas a construir um ensaio teórico. Isso significa que a revisão contou com a interferência subjetiva dos autores, posto que não foram usados critérios sistemáticos de coleta e análise de material bibliográfico.

Em linhas gerais, fizemos buscas em bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Pesquisamos palavras-chave atinentes ao estudo, tais como: plataformização na educação; plataformas na educação; plataformização na educação superior; tecnologias digitais na educação; etc. Os materiais foram selecionados com base numa leitura prévia de títulos e resumos. Os autores fizeram a leitura na íntegra dos textos que, a partir de critérios subjetivos de conveniência e interesse – tendo em vista o enfoque narrativo na revisão –, foram selecionados, compondo a discussão do texto. Também utilizamos livros que têm feito parte das análises, reflexões e pesquisas dos autores.

Ora, buscamos desvelar alguns dos desafios patentes e latentes na contemporaneidade, a fim de problematizar processos em curso no sentido de estabelecer críticas necessárias para o enfrentamento dos óbices hodiernos. Cabe destacar que a pesquisa faz parte dos esforços do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte-UFSCar).

Tecnologias digitais na educação superior: plataformização do ensino

As discussões sobre a inserção de TDIC em âmbito educacional remontam a algumas décadas (Kenski, 2003; Moran; Masetto; Behrens, 2000). Diferentes pesquisas já evidenciam possibilidades e limites, demonstrando que os recursos tecnológicos, se utilizados sob orientação crítica, podem contribuir para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem (Candau, 2022; Kenski, 2003; Masetto, 2006; Moran, 2007; Oliveira; Silva, 2023). Há que se sobrepujar, portanto, uma perspectiva maniqueísta, fugindo às dicotomias contraproducentes, haja vista que os recursos tecnológicos não são a panaceia para os problemas educacionais; mas não devem ser ignorados pelo ato pedagógico.

Essa ponderação é importante, porque mostra-nos que o debate sobre TDIC nas práticas pedagógicas não é de todo recente. Contudo, a expansão acelerada dos dispositivos digitais, acompanhada por mudanças normativas como as balizas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trouxe outras colorações para o debate. Mais recentemente, assiste-se a movimentos, inclusive de agentes públicos, no sentido de acelerar a incorporação de TDIC, incluindo as assim chamadas plataformas educacionais que, dentre outros aspectos, medeiam as relações de ensino-aprendizagem, coletando, armazenando e gerenciando dados tanto de professores como de alunos. Estamos ante um cenário de plataformização, sustentado por promessas sedutoras de melhorias educacionais tão necessárias em países de desigualdade acentuada como o Brasil.

Para Silva e Couto (2024, p. 6), o termo plataformização diz respeito à “convergência de vários sistemas, protocolos, redes etc., agregando diferentes atores e ações humanas e não humanas, conectadas por uma constelação dinâmica de tecnologias, mecanismos econômicos e socioculturais”. Conforme os autores, as plataformas digitais permeiam a vida cotidiana, influenciando as interações sociais, reconfigurando as estruturas institucionais e alterando as rotinas profissionais, ao transformar as condições e as regras que orientam essas interações.

Na educação, a plataformização do ensino pode ser entendida como um processo pelo qual as atividades educacionais e pedagógicas são mediadas e organizadas por meio de plataformas digitais que são utilizadas pelas instituições de ensino superior, como ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), para armazenamento de conteúdos, realização de atividades e promoção de webconferências. Entre as plataformas digitais mais comuns destacam-se o *Moodle*, uma plataforma gratuita, de código aberto e de fácil customização, e as plataformas comerciais, das chamadas “*big techs*” (oferecidas e gerenciadas por empresas privadas), como o *Google Classroom*, o *Google Meet*, o *Microsoft Teams* e o *Zoom*.

Além dos exemplos supracitados, outras ferramentas digitais complementares têm sido incorporadas ao cotidiano acadêmico, como *YouTube* (para videoaulas), *Padlet*, *Mentimeter*, *Kahoot* (para atividades interativas), *Google Drive* e *OneDrive* (para armazenamento e compartilhamento de materiais), *WhatsApp* e *Telegram* (para comunicação com os estudantes) etc. Também se destacam plataformas voltadas a práticas de aprendizagem ativa, incluindo gamificação, fóruns, *chats* e vídeos interativos.

Fato é que a variedade de plataformas digitais que permeiam a educação superior permite que os estudantes tenham fácil acesso a materiais didáticos digitais de forma assíncrona e síncrona. Podem, ainda, promover a autoria e o trabalho colaborativo, na medida em que facilitam a criação de conteúdos e o seu compartilhamento, automatizando tarefas pedagógicas, além de possibilitar o acompanhamento e a análise do engajamento, presença e rendimento dos estudantes, aprimorando o trabalho docente.

Contudo, considera-se que a plataformização traz consigo uma série de desafios e riscos, especialmente para a educação pública de qualidade. Um dos principais problemas é o incentivo à privatização do ensino mediante a imposição de modelos pedagógicos padronizados e a dependência tecnológica que compromete a autonomia institucional e docente. Além disso, as tecnologias digitais podem intensificar e, conseqüentemente, precarizar o trabalho ao aumentar a carga de atividades.

Candau (2022), aquando do gradual retorno às aulas presenciais no período pós-pandêmico, alertava-nos para o modismo da educação híbrida, levada a cabo por meio de plataformas digitais implementadas em escolas públicas – e também instituições de ensino superior. Essa parceria público-privada, à luz de um determinismo tecnológico, carrega, frequentemente, interesses escusos atinentes à transformação dos processos educacionais em mercadoria – o que é sintomático numa economia baseada em dados (Sadin, 2023).

Outro ponto crítico a ser mencionado é o enfraquecimento da dimensão dialógica e humanizadora da educação, que tende a ser substituída por interações mediadas por algoritmos e métricas de desempenho, automatizando o trabalho docente, diminuindo ou excluindo a interação pedagógica, o que desfavorece o vínculo entre docente e discente. Ora bem, o uso de plataformas digitais por vezes é ancorado no discurso de práticas que atingem o ótimo da eficiência quantitativa. Eficiência essa que se concretiza por meio da condução algorítmica dos processos (Sadin, 2023). Perde-se, pois, a dimensão humana e dialógica da educação, suprimindo espaços de discussões que favorecem o desenvolvimento da consciência crítica emancipadora nos estudantes, como defendido por Freire (1996).

Segundo Valente (2019), as plataformas digitais funcionam como verdadeiros monopólios, aproveitando seu grande número de usuários, a imensa quantidade de dados

coletados e seu poder tecnológico para ampliar sua presença e influência em diferentes áreas da sociedade. Elas não são ferramentas neutras: exercem um papel de vigilância e controle, captando os rastros dos usuários – incluindo dados pessoais e sensíveis de docentes e discentes. As informações coletadas são processadas por algoritmos que analisam e influenciam nossas escolhas de consumo e comportamento político, cultural e educacional.

Num contexto de economia baseada em dados (Loveluck, 2018; Sadin, 2023), no cerne do que Zuboff (2021) discute como capitalismo de vigilância, é escusado dizer que o uso de plataformas privadas beneficia o capital a partir da produção, gerenciamento e controle de dados na educação. Porquanto as novas dinâmicas sociais, que perpassam as relações nos espaços digitais, podem recrudescer lógicas disciplinares a partir do gerenciamento ultrapersonalizado dos indivíduos (Zarifian, 2022). Para os discentes, isso implica obtenção e controle de dados sensíveis, como dados demográficos, resultados de avaliações, interações entre pares, entre outros. Para os docentes, as plataformas podem representar uma alegoria distópica à maneira de 1984, de George Orwell, em que a fiscalização do sujeito atinge o ótimo da eficiência capitalista pelo controle individualizado de informações como acesso, permanência, uso, resultados etc.

Quer dizer que, frequentemente, as plataformas educacionais coletam dados e informações sobre os usuários com o mesmo *modus operandi* aplicado pelas *big techs* noutros contextos, com foco na produtividade, controle do desempenho, engajamento gamificado e ensino por meio de módulos automatizados, chamados de trilhas pedagógicas. Isso reduz a educação a um processo de realização de tarefas on-line e torna as instituições dependentes de serviços externos, geralmente terceirizados para gestão e armazenamento de dados educacionais. Nessa mesma lógica, o professor também passa a ser monitorado, em seu tempo de conexão, produtividade em *feedbacks*, taxa e tempo de resposta a estudantes, dentre outros.

A plataformização é, nessa ótica, uma realidade que se desenvolve a largos passos no Brasil. Durante a pandemia de Covid-19, a educação, também pública, passou por um processo acelerado de inserção de plataformas digitais nos processos de ensino-aprendizagem, quando, em caráter emergencial, muitas instituições adotaram serviços oferecidos por grandes empresas de tecnologia como Google e *Microsoft*. Esse movimento aprofundou a dependência tecnológica e agravou desigualdades já existentes, ampliando a exclusão social e digital, uma vez que muitos estudantes não tinham acesso à internet de qualidade ou a equipamentos adequados, lidando com escassez de políticas públicas significativas para a superação dos desafios enfrentados (Costa; Ojeda; Lopes, 2025).

Nesse cenário, sem ignorar a importância das TDIC na educação, cabe frisar que os docentes precisam ter autonomia para utilizá-las. A plataformização, quando orientada por

uma ótica privatista, tira o protagonismo docente e impõe uma lógica mercantil de vigilância e de controle sobre o trabalho. Protagonismo esse que requer um conhecimento crítico coerente e que integra dimensões políticas, tecnológicas, pedagógicas e de conteúdo (Velo; Pareschi; Oliveira, 2024), sem os quais fragiliza-se a promoção de um projeto de educação pautada na emancipação e na transformação social.

Sob a orientação de um modelo neoliberal e numa dinâmica capitalista, a plataformação passa a moldar e a substituir as relações e mediações pedagógicas. Submetidos a métricas, algoritmos e padrões definidos externamente, docentes são constantemente vigiados e disciplinados. Com a autonomia enfraquecida, o trabalho educacional se conduz sob a égide da produtividade, eficiência e adaptação a modelos. Logo,

[...] o trabalho docente ao ser plataformação a partir de uma retórica de inovação, de atualização, de desenvolvimento e produção de melhorias nos processos administrativos e educacionais, em realidade se encontra subordinado a uma configuração heterônoma, que se desvia de si mesma, na expressão de uma racionalidade instrumental, pois daí resulta uma concepção de educação e de trabalho docente voltada à adaptação do indivíduo ao sistema social e ao mercado (Duci; Gomes, 2024, p. 14).

Essa adaptação do indivíduo aos ditames do mercado, padronizado em termos quantitativos a partir da economia de dados, possibilita-nos problematizar um dos principais benefícios presente nos discursos enlevados daqueles que defendem, a todo custo, a plataformação do ensino, qual seja, a personalização dos processos pedagógicos. Com efeito, as TDIC podem personalizar as práticas educacionais, produzindo dados individualizados e, conseqüentemente, atividades, materiais e recursos adaptados à realidade e necessidades educacionais específicas de cada estudante.

Mas a ode à personalização, sem um viés crítico, enfuma a dialética que subjaz à individuação na contemporaneidade. Quanto mais personalizado se torna o processo, por meio de plataformas adaptativas, tanto mais os sujeitos se encontram subsumidos aos intrincados processos de uniformização e padronização. A autonomia propalada pelos defensores do uso irrestrito das plataformas, que seria resultante da adaptação proporcionada pelo dispositivo tecnológico, desdobra-se, em muitos cenários, numa alienação. Somente uma análise dialética é capaz de apreender essa aparente contradição como movimento real, e não inverdade. Discutiremos isso a seguir.

Padronização e alienação nos processos de ensino: a dialética da individuação

O que estamos, aqui, chamando de dialética da individuação tem que ver com elucubrações feitas alhures pelo primeiro autor. Para chegarmos ao cerne da problemática, vale

retomar alguns precedentes históricos. Vivemos, desde as últimas décadas do século XX, num cenário de flexibilização das relações produtivas e expansão das TDIC. O regime de acumulação flexível (Harvey, 1994) decorre das crises do modelo fordista de produção após a década de 1970. Produção massificada, fluxos laborais empedernidos, administração científica e disciplinar do trabalho, dentre outras características dão lugar a um modelo que prima pela personalização de produtos, flexibilização das relações produtivas, gestão colaborativa e outros predicados que passam a imperar no capitalismo (Larangeira, 1997).

É nesse cenário de transição que as tecnologias digitais encontram terreno fértil nas últimas décadas do século XX. Conforme Loveluck (2018) e Sadin (2023), os discursos que contribuem para a proliferação da internet e para as primeiras experiências de computação pessoal encontram extensão na busca, cimentada no movimento contracultural da década de 1960, por uma inversão dos valores vigentes. Ou seja, colocar a máquina novamente a serviço do ser humano, para que possa controlá-la e, assim, libertar-se da gaiola de aço da modernidade (Weber, 2013). O discurso pós-burocrático desse período histórico-social influi, em diferentes medidas, nos próprios protocolos de desenvolvimento do computador e da internet, gerando modelos descentralizados cuja promessa era de liberdade da informação e das relações sociais (Loveluck, 2018). Tem-se, assim, uma imbricação inesperada entre direita neoliberal, radicalismo libertário e Ideologia Californiana – esta como resultante das experiências de computação pessoal e tecnologias digitais na Califórnia, nos Estados Unidos.

Essa justaposição entre o capitalismo flexível, o movimento contracultural e o advento da internet e do computador pessoal concorre para a produção de um discurso ideológico baseado na soberania do livre mercado e de um libertarianismo inclinado ao mote de que a informação deve ser livre (Barbrook; Cameron, 1995; Loveluck, 2018). Esse próêmio histórico é-nos necessário para fundamentar a análise do movimento tecnológico e ideológico que vai sustentar um processo de ultravalorização do indivíduo. Ou seja, um processo de individuação, assentado na promessa de relações verticais, pós-burocráticas e para além do Estado que fiscaliza, regulamenta e cerceia as atividades humanas - num modelo que Foucault (1987) analisou como disciplinar.

As TDIC, desse modo, inserem-se sobejamente na perspectiva da flexibilidade. Basta ver os conteúdos personalizados hoje possíveis devido aos usos da Inteligência Artificial (IA) – não apenas generativa. A Ideologia do Vale do Silício, como visão de mundo propalada pelas *big techs*, plasma a sociedade no sentido de projetar uma liberdade cada vez mais ampliada do indivíduo. Ora bem, com um dispositivo móvel como o *smartphone*, o usuário é capaz de navegar pela internet acessando conteúdos a bel-prazer, adaptando-os supostamente às suas necessidades e interesses mais pessoais. Há uma personalização exacerbada da vida e das

relações, o que se expressa, à guisa de exemplificação, na publicidade que se baseia nos dados gerados pelas pessoas para direcionar conteúdos específicos para cada perfil delineado.

O mesmo discurso absorto acomete as práticas educacionais, que se veem em face da promessa de uma personalização do ensino. A IA generativa, para citar contexto mais recente, é exemplo sintomático, porquanto os estudantes “podem se beneficiar dessas tecnologias, inclusive pelo fato de complementarem os métodos educativos tradicionais, pois elas têm o potencial de aumentar a acessibilidade e proporcionar experiências de aprendizagem personalizadas” (Heggler, Szmoski; Miquelin, 2025, p. 15). Quer dizer que a liberdade individual e a personalização do conteúdo fazem parte das promessas que gravitam em torno da expansão das TDIC e das investidas de uso na educação.

Porém, uma análise rasa desse processo não nos permite perscrutar a dialética que permeia a sociedade contemporânea. Concomitantemente à personalização dos conteúdos e à promessa de uma individuação, tem-se complexos movimentos da padronização e alienação. Direcionando o debate para a educação superior, objeto de análise deste ensaio, percebe-se que a plataformização, ao mesmo tempo em que traz uma gama de possibilidades para diversificar e adaptar o ensino às especificidades de cada cenário, impele à massificação e à formatação.

Há que se observar o fenômeno que Santaella (2021) analisa como *datificação*, isto é, a transformação das relações sociais e da ação dos sujeitos em dados quantificáveis, o que possibilita o monitoramento algorítmico em tempo real, bem como a análise preditiva. Noutras palavras, tanto mais experienciamos as plataformas e suas personalizações quanto mais somos padronizados. Tornamo-nos informações exploradas por empresas e agências diversas, a partir da IA (Rodrigues; Rodrigues, 2023), no cerne da economia de dados (Sadin, 2023).

Além disso, o uso de recursos vendidos por empresas como Google exige uma adaptação ao modelo que esta e outras *big techs* concebem numa ótica de “solução única”. Ao discutir a Tecnologia Mundana, Nemer (2021) mostra-nos como, de maneira recorrente, as TDIC criadas e pensadas para as características e padrões do Norte Global precisam ser apropriadas e ressignificadas pelo Sul Global, a saber, pelos oprimidos. Essa necessidade de ressignificação é indicativo cabal de que propostas pensadas para outros contextos são impingidas à educação das classes dominadas. Partem de padrões que negligenciam as especificidades de contextos desiguais e estão submetidos à lógica dos países que se encontram no centro do capitalismo mundial.

A necessidade de reinventar ou sobrepujar limitações externamente impostas ratifica, aliás, o argumento de que as tecnologias não são neutras. Feenberg (2013) propõe que os recursos tecnológicos são como instituições sociais, carregando valores e formas de uso que moldam a nossa vida em sociedade. O que não significa que as TDIC sejam seres

suprassensíveis, alheias às possibilidades de resignificação. No âmbito da sociotécnica, entende-se que toda tecnologia é produto social e, assim sendo, carrega valores que não são universais e necessários, mas contingenciais (Veloso, 2023).

O que é, afinal, a dialética da individuação? Referimo-nos à contradição imanente ao capitalismo flexível e à ideologia do Vale do Silício. Ao mesmo tempo em que *softwares* e *hardwares* carregam promessas de libertação do indivíduo, forjam padrões e alienações vendidas e impostas verticalmente. Tanto maior é o uso das plataformas e de suas possibilidades de personalização do ensino quanto mais intensa é a produção de uma massa de dados que nos reduz ao padrão do algoritmo gerido e manipulado pela técnica - somos *datificados*. Quanto mais lançamos mão de dispositivos para personalizar e diversificar nossas aulas, tanto mais somos instados a nos adaptar aos modelos de *software* e *hardware* criados por empresas que vendem “soluções únicas”. São padrões criados nos centros tecnológicos mundiais que, frequentemente, desconsideram as realidades e vicissitudes dos contextos marginalizados (Nemer, 2021).

O perigo está posto e precisa ser descortinado. A privatização da educação condena-nos a padrões e nos aliena. O ensino se encontra submetido às limitações e aos protocolos das TDIC. Produz-se dados que retroalimentam essa indústria da *personalização padronizada*. A dialética da individuação concerne à contradição imanente ao processo que, ao mesmo tempo, individualiza pela flexibilização e uso intenso dos dispositivos ao passo que relega os sujeitos a uma massa amorfa de usuários tratados como dados algorítmicos “presos” aos padrões e decisões das grandes empresas de tecnologia que controlam os mercados.

Protagonismo na rede sociotécnica: sobrepujando a padronização alienante

Longe de almejarmos uma resposta final para o desafio que se impõe, contentamo-nos em, por meio das reflexões que perpassam estas páginas, lançar algumas luzes sobre os óbices que redundam da relação entre educação e tecnologias digitais no contexto da plataformização. Em se tratando de instituições de ensino superior, a presença de plataformas vendidas por grandes empresas, como as ferramentas da Google, cria cenários ambivalentes. De um lado, lidamos com uma série de potencialidades, como organização de agendas virtuais, armazenamento de arquivos em nuvem e soluções diversas de IA generativa que otimizam e automatizam processos, além, é claro, das céleres trocas de mensagens entre pares e com estudantes. Por outro lado, a presença das plataformas coloca-nos à mercê de interesses externos, por vezes opostos aos das próprias instituições e, em última instância, dos indivíduos que delas fazem parte.

A dependência das TDIC chega ao extremo de paralisar diversas ações de ensino, pesquisa e extensão quando dado instrumento apresenta funcionamento inadequado – ou quando a licença apresenta algum problema, limitando o espaço de armazenamento. Além do mais, o uso constante das plataformas, como dito, produz uma série de dados que são tratados e manipulados por grandes empresas, como a já citada Google. Na economia de dados, essas informações se tornam alvo do capital, que as gerencia visando, por exemplo, à indicação de publicidade ultrapersonalizada. No ensino superior isso é um grande problema, porque dados sensíveis, como informações pessoais de estudantes e docentes, são controlados por agentes externos, com interesses notadamente mercadológicos. Outrossim, dados sigilosos de pesquisas podem se tornar públicos, ou podem ser usados para fins diversos sem o prévio consentimento dos autores – agredindo princípios de direito autoral e de autoria em pesquisa.

Qual seria, pois, o caminho a percorrer diante dessas bifurcações que nos apresentam potencialidades e desafios? Não existem respostas simples para uma problemática em demasia complexa. Mas entendemos que o uso crítico das plataformas, no intuito de construir práticas mais salutares – ou menos danosas – passa pela reivindicação do protagonismo docente. O engodo da *personalização padronizada*, como dialética da individuação, exige uma discussão crítica. Discussão que encontrará terreno fértil em espaços de diálogo, no cerne das instituições que, por excelência, devem produzir conhecimento crítico e socialmente referenciado. Estamos nos reportando, é evidente, às instituições de ensino superior, principalmente aquelas da esfera pública.

Vale retomar a teoria crítica de Feenberg (2013), que concebe as tecnologias como instituições sociais. Não são neutras, posto que carregam, é verdade, interesses diversos, histórica e socialmente demarcados. Entretanto, não estão para além da sociedade, não sendo autônomas ou independentes. Todo recurso tecnológico está imbricado nas relações sociais – que perpassam sua criação, uso e análise. Enquanto instituição, é utópico ou ingênuo assumir que ignorar a tecnologia será suficiente para se esquivar ou se livrar de seus malefícios. Pelo contrário, é por concebê-la como instituição social que nós, seres humanos, enquanto agentes, devemos assumir nosso protagonismo nas redes sociotécnicas das quais fazemos parte.

Que plataformas estamos usando nas nossas práticas? Elas são realmente necessárias? Quais seus benefícios? Quais são os problemas resultantes? Que balanço podemos fazer, a fim de decidir se é profícuo adotar tal tecnologia? Estamos utilizando plataformas a favor de quê? De quem? Para quê? Para quem? Estes são alguns questionamentos que nos ajudam a aclarar caminhos críticos possíveis. Indagações não por acaso influenciadas pela pedagogia crítica de Freire (1995), que defende o uso das tecnologias à luz de princípios éticos que estejam alinhados ao progresso humano.

As plataformas, portanto, apresentam muitas possibilidades para o cotidiano do ensino superior. Não é possível ignorá-las. Criam, porém, desafios diversos. A dialética da individuação possibilita-nos entrever que as contradições fazem parte dos processos. Nem rechaçar, nem se entregar à plataformização. Defendemos que é pelo protagonismo docente que encontraremos, por meio de espaços potentes de diálogo e discussão crítica nas instituições de ensino superior, caminhos possíveis para uma tecnologia digital utilizada para o progresso, e não para a alienação ou precarização do trabalho e das relações sociais.

Ademais, é imperativo retomar e fortalecer a defesa de políticas e práticas orientadas à soberania digital e à produção de bens públicos digitais, especialmente no contexto brasileiro e dos países do Sul Global. A educação superior, historicamente concebida como um espaço privilegiado para a formação crítica e emancipatória, não pode se submeter à adesão acrítica e massificada a processos de plataformização, mercantilização e privatização das práticas educacionais, sem que sejam devidamente tensionadas as problemáticas já discutidas neste texto. É notório que, enquanto a universidade se debruça sobre a análise crítica das dinâmicas de colonização digital que afetam a educação básica (Barbosa; Alves, 2023; Silva, 2022), paradoxalmente, abre-se espaço para que o domínio das *big techs* e *edtechs* se estabeleça de forma insidiosa — embora nem sempre silenciosa — no interior das instituições públicas de ensino superior. Trata-se de uma contradição que demanda vigilância epistemológica e política, sob pena de comprometermos a própria função social da universidade pública enquanto espaço de resistência, produção autônoma de conhecimento e defesa do interesse público no ecossistema digital.

Na busca pela soberania digital e produção de bens públicos, urge, inclusive, investir na elaboração e colaboração em plataformas de código aberto – como o *Moodle* ou *Jitsi Meet* – aliadas ao fomento na produção e utilização de Recursos Educacionais Abertos (REA). Essa abordagem permite fortalecer as equipes internas, fomentar ações colaborativas entre as universidades e institutos de pesquisa, além da customização e do desenvolvimento de novas funcionalidades que atendam às necessidades específicas da comunidade acadêmica, permitindo maior controle, segurança de dados e alinhamento com os projetos pedagógicos institucionais. Para Mallmann (2023, p. 564), “fomentar Fluência Tecnológico-Pedagógica com *softwares livres* e os movimentos de educação, práticas e Recursos Educacionais Abertos (REA) configura-se como uma das recomendações mais acuradas”.

Considerações finais

A plataformação da educação superior, longe de representar apenas uma inovação tecnológica ou um avanço na modernização dos processos pedagógicos, se insere num contexto mais amplo de reconfiguração das relações entre ensino, trabalho e capital. O que se observa é a emergência de uma lógica empresarial que transforma a educação em produto, os sujeitos em dados e os processos formativos em métricas de desempenho. A promessa de personalização, tão celebrada pelos discursos hegemônicos, escamoteia uma padronização silenciosa, algorítmica, que homogeneiza práticas, dilui a autonomia docente e enfraquece a natureza dialógica e crítica do ato educativo. A dialética da individuação, tal como aqui discutida, revela-se, pois, como uma contradição constitutiva: quanto mais os dispositivos tecnológicos prometem adaptar-se ao indivíduo tanto mais o subsumem a estruturas normativas, mercadológicas e disciplinares.

Diante disso, torna-se imperativo problematizar os processos de plataformação não apenas à luz de suas funcionalidades, mas sobretudo de suas intencionalidades políticas, econômicas e epistêmicas. A educação, enquanto prática social historicamente situada, não pode ser reduzida à lógica da eficiência e do controle algorítmico. Ao contrário, exige espaços de criação, autonomia e reflexão crítica. Reivindicar o protagonismo docente na rede sociotécnica é, portanto, resistir às capturas do capital e reafirmar a centralidade da formação humana em sua plenitude. Resta-nos, enquanto educadores, pesquisadores e sujeitos históricos, o desafio ético e político de tensionar os limites da técnica, reapropriando-a sob a égide de um projeto emancipador de educação que não se submeta aos imperativos do mercado, mas que se oriente pela justiça social, pela equidade e pela dignidade humana.

Referências

- BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformação da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 21, e61619, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e61619>.
- BARBROOK, R.; CAMERON, A. The californian ideology. *Mute*, Londres, v. 1, n. 3, p. 44-73, 1 set. 1995. Disponível em: <https://www.metamute.org/editorial/articles/californian-ideology>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CANDAU, V. M. F. Didática hoje: entre o “normal”, o híbrido e a reinvenção. *Perspectiva*, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 1-14, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2022.e85552>.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Volume I. Trad. R. V. Majer e J. Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, C. R.; OJEDA, C. M.; LOPES, R. P. Plataformização na Educação Superior Pública e seus efeitos no Brasil. In: *Colloquium Humanarum*, v. 22, n. 1, p. 1–18, e245047, 2025. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/5047>. Acesso em: 1 nov. 2025.

DUCI, J. R.; GOMES, L. R. Inovação Pedagógica e Plataformização da Docência: apontamentos críticos. *Linhas Críticas*, v. 30, p. e52577-e52577, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc30202452577>.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da técnica? In: NEDER, R. (Org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/CAPES, 2013. p. 51-65.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, P. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.

HEGGLER, J. M.; SZMOSKI, R. M.; MIQUELIN, A. F. As dualidades entre o uso da inteligência artificial na educação e os riscos de vieses algorítmicos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 46, e289323, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.289323>.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LARANGEIRA, S. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 89-94.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. C. I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOVELUCK, B. *Redes, liberdade e controle: uma genealogia política da internet*. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MALLMANN, E. M.. A Vulgarização da Inovação nas Políticas Públicas e a Hegemonia Proprietária na Plataformização da Educação Pública. *Paradigma*, Maracay, v. 44, n. 5, p. 542–568, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p542-568.id1516>.

MASETTO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2006.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MORAN, J. M. *A Educação que Desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 2007.

NEMER, D. *Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Milfontes, 2021.

OLIVEIRA, A. A.; SILVA, Y. F. O. Mediação pedagógica na aprendizagem invertida: uma revisão sistemática de um contexto pré-pandemia de Covid-19. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e11883, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.11883>.

RODRIGUES, O. S.; RODRIGUES, K. S. A inteligência artificial na educação: os desafios do ChatGPT. *Texto Livre*, v. 16, p. e45997, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2023.45997>.

SADIN, E. *La silicolonización del mundo: la irresistible expansión del liberalismo digital*. Trad. M. Martínez. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2023.

SANTAELLA, L. *Humanos hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet*. São Paulo: Paulus, 2021.

SILVA, P.; COUTO, E. S. Plataformização da Aprendizagem e o Protagonismo de Humanos e Não Humanos nas Práticas Pedagógicas. *Educação em Revista*, v. 40, p. e39146, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469839146>.

SILVA, P. A. P. *EdTech e a plataformização da educação*. 2022. 114 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/19281>. Acesso em: 1 ago. 2025.

VALENTE, J. C. L. *Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VELOSO, B.; PARESCHI, C. Z.; OLIVEIRA, A. A. Reapropriação do protagonismo docente na cultura digital: matriz teórica para uma didática crítica. *Revista Multitexto*, v. 12, p. 120-129, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47247/2316.4484/12.1.11>.

VELOSO, B. Educação e tecnologias como comprometimento: proposições para pensar o estudo da técnica em âmbito educacional. *Sisyphus: Journal of Education*, Lisboa, v. 11, n. 3, p. 89-108, out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.29403>.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ZARIFIAN, P. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos Cebrap*, v. 64, São Paulo, 2002, p. 23-31. Disponível em: <https://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/zarifian.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ZUBOFF, S. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Trad. G. Schlesinger. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.